

Índice de sustentabilidade empresarial versus índices financeiros e sociais de empresas brasileiras

Mônica Coelho Liberato

Fátima de Souza Freire

Resumo:

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), criado pela Bolsa de Valores de São Paulo Bovespa - em 2005, reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento na responsabilidade social e na sustentabilidade empresarial. A finalidade do ISE é criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade e estimular a responsabilidade ética das corporações. A questão principal deste trabalho é saber se existe uma correlação entre o ISE e o resultado financeiro (receita líquida e resultado operacional) e os indicadores sociais (gastos com empregados, gastos com a comunidade, gastos ambientais e corpo funcional) das empresas. Esta questão surge em função da existência de uma tendência mundial dos investidores procurarem realizar investimentos em empresas socialmente responsáveis. Este trabalho tem como objetivo analisar os resultados apresentados pelas empresas detentoras do ISE, fazendo um estudo de correlação entre o ISE e os indicadores financeiros e sociais de nove empresas. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica e documental, principalmente aqueles publicados pela Bovespa, bem como o balanço social de empresas que obtiveram o selo do Ibase referente ao período de 2004 e 2005. Verifica-se que existe uma forte correlação positiva entre o ISE e os indicadores de desempenho financeiro: receita líquida e resultado operacional.

Área temática: *Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social*

Índice de sustentabilidade empresarial *versus* índices financeiros e sociais de empresas brasileiras

Mônica Coelho Liberato (UFC) – contabil@krautop.com.br

Fátima de Souza Freire (UFC) – ffreire@ufc.br

Resumo

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), criado pela Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa - em 2005, reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento na responsabilidade social e na sustentabilidade empresarial. A finalidade do ISE é criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade e estimular a responsabilidade ética das corporações. A questão principal deste trabalho é saber se existe uma correlação entre o ISE e o resultado financeiro (receita líquida e resultado operacional) e os indicadores sociais (gastos com empregados, gastos com a comunidade, gastos ambientais e corpo funcional) das empresas. Esta questão surge em função da existência de uma tendência mundial dos investidores procurarem realizar investimentos em empresas socialmente responsáveis. Este trabalho tem como objetivo analisar os resultados apresentados pelas empresas detentoras do ISE, fazendo um estudo de correlação entre o ISE e os indicadores financeiros e sociais de nove empresas. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica e documental, principalmente aqueles publicados pela Bovespa, bem como o balanço social de empresas que obtiveram o selo do Ibase referente ao período de 2004 e 2005. Verifica-se que existe uma forte correlação positiva entre o ISE e os indicadores de desempenho financeiro: receita líquida e resultado operacional.

Palavras-chave: Índice de sustentabilidade empresarial. Responsabilidade social. Indicadores sociais

Área Temática: Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social

1 Introdução

Na década de 80, iniciou-se uma tendência mundial dos investidores procurarem empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicar seus recursos. Segundo a Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa a experiência brasileira com Investimentos Socialmente Responsáveis (SRI) teve início em janeiro de 2001 quando o Unibanco lançou o primeiro serviço de pesquisa para fundos verdes. No final de 2001, o Banco Real ABN Amro lançou os Fundos Ethical (FIA), os dois primeiros fundos em investimentos socialmente responsáveis para mercados emergentes. Logo, via-se expectativa de que a demanda por Investimentos Socialmente Responsáveis no Brasil aumentaria rapidamente.

Atentas a isto, a Bovespa, em conjunto com a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (Apimec), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), *International Finance Corporation* (IFC), Instituto Ethos e Ministério do Meio Ambiente decidiram unir

esforços para criar um índice que fosse um referencial para os investimentos socialmente responsáveis no país. Daí em dezembro de 2005 foi criado o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Para a Bovespa o desenvolvimento econômico do país está intimamente relacionado ao bem-estar da sociedade brasileira e o ISE iria criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações.

A criação desse índice tem importância também no contexto internacional porque o país dá exemplo para o restante do mundo como agente preocupado com a responsabilidade social corporativa.

A problemática deste trabalho é saber se existe uma correlação entre o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o resultado financeiro (receita líquida e resultado operacional) e os indicadores sociais (gastos com empregados, gastos com a comunidade, gastos ambientais e corpo funcional) das dessas empresas cotadas na Bovespa.

O trabalho tem como objetivo realizar uma análise dos resultados apresentados pelas empresas detentoras do ISE com seus indicadores de desempenho financeiros e sociais, além de identificar as vantagens e desvantagens do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), abordando conceitos, origem, objetivos e metodologia de cálculo.

Para a análise comparativa entre o ISE e a performance financeira e social, foram coletados dados de empresas que tivessem ao mesmo tempo o ISE e o balanço social, modelo do Instituto Brasileiro de Análises Econômicas (Ibase) referente ao período de 2004 a 2005. A coleta de dados da pesquisa, para efeito do estudo de correlações apresentado no trabalho, teve como base às informações cedidas pela Bovespa via *internet* e dos balanços sociais publicados no sítio das empresas em 2006.

Além da introdução, este trabalho está dividido em mais 4 seções. Na seção 2, contém os aspectos conceituais e objetivos da responsabilidade social e do balanço social. Na seção 3, apresenta a origem dos índices de sustentabilidade em bolsas de valores, o surgimento dos investimentos socialmente responsáveis no Brasil, origem, vantagens, desvantagens e objetivos do Índice de Sustentabilidade Empresarial. Na seção 4, apresenta o estudo de correlação entre o ISE e indicadores de desempenho das empresas, tipologia da pesquisa, amostra, escolha de indicadores e análise de resultados. Finalmente, na seção 5, apresenta as conclusões e perspectivas.

2 Responsabilidade social: do balanço social à sustentabilidade empresarial

2.1 Responsabilidade social corporativa

Batista (2000, p. 41) comenta que “entre 1927 e 1932, a idéia de responsabilidade social foi introduzida no mundo dos negócios, na fase de evolução da administração de recursos humanos, pela experiência de Elton Mayo”.

Segundo Maximiano (1997), Elton Mayo procurava explicar como a produtividade dos trabalhadores é influenciada pelo ambiente de trabalho, porém o que se conseguiu mostrar foi a importância que os fatores emocionais ou comportamentais podem exercer sobre o desempenho dos indivíduos, principalmente para a participação do trabalhador em grupos sociais.

Batista (2000) enfatiza que foi somente a partir da década de 60, nos Estados Unidos, em decorrência da Guerra do Vietnã e início da década de 70, na Europa, principalmente na França,

Inglaterra e Alemanha, que as atitudes focadas nas ações sociais ganharam mais força, devido, principalmente, à própria pressão que a sociedade fez por maior responsabilidade social nas empresas.

Nota-se que as transformações sócio-econômicas dos últimos 20 anos têm afetado profundamente o comportamento de empresas, até então habituadas à exclusiva maximização do lucro. Se por um lado o setor privado tem cada vez mais lugar de destaque na criação de riqueza, por outro lado, é bem sabido que com grande poder, vem grande responsabilidade. Em função da capacidade criativa já existente, e dos recursos financeiros e humanos já disponíveis, empresas têm uma intrínseca responsabilidade social.

A idéia de responsabilidade social incorporada aos negócios tem aumentado nos últimos anos, face ao surgimento de novas demandas e da maior pressão por transparência nos negócios, forçando que as empresas adotem uma postura mais responsável em suas ações.

Segundo Srouf (2000), a responsabilidade social diz respeito ao comprometimento entre clientes e fornecedores para que haja satisfação dos consumidores, por adquirir produtos de qualidade e contribuir para o desenvolvimento da comunidade, através de questões como: conservação do meio ambiente, investimento em pesquisa tecnológica, além de questões ligadas ao crescimento profissional e às leis trabalhistas. Para o autor (2000, p. 295), “... a responsabilidade social remete, em síntese, à constituição de uma cidadania organizacional no âmbito interno da empresa e à implementação de direitos sociais no âmbito externo”.

A responsabilidade social não pode ser apenas relacionada a ações sociais ou a preservação do meio ambiente, tendo em vista que não são somente estas atitudes que tornam uma empresa socialmente responsável. Há uma série de questões que as organizações devem se atentar como, por exemplo, o investimento no bem-estar dos seus empregados e dependentes; a satisfação dos consumidores; além de dar o devido retorno aos acionistas, manter um excelente relacionamento com fornecedores e parceiros. Logo, a responsabilidade social empresarial se apresenta como um conceito cada vez mais importante para o campo de estudo da administração, exercendo impactos nos objetivos, estratégias e no próprio conceito da empresa. Para Melo Neto (2002, p. 86):

A responsabilidade social é vista como um compromisso da empresa com relação à sociedade e à humanidade em geral, é uma forma de prestação de contas do seu desempenho, baseada na apropriação e uso de recursos que originariamente não lhe pertencem.

A responsabilidade social empresarial é entendida como o relacionamento ético da empresa com todos os grupos de interesse (*stakeholders*) que influenciam ou são empacados pela sua atuação ao meio ambiente e à sociedade, servindo como elemento da evolução do novo conceito de empresa que vai de seu ambiente interno. Isto decorre porque os valores, a administração corporativa da organização, as regulamentações, os controles, os investimentos e os impactos dos produtos no meio ambiente e as questões relativas a direitos humanos dos trabalhadores refletem as expectativas de desempenho financeiro e social na relação entre empresa e *stakeholders*.

A correta prática da responsabilidade social pode melhorar o desempenho e a sustentabilidade, a médio e longo prazo, da empresa, proporcionando: valor agregado à margem corporativa da empresa; motivação do público interno; posição influente nas decisões de compras; vantagem competitiva; facilidade no acesso ao capital e financiamento; influência

positiva na cadeia produtiva; reconhecimento dos dirigentes como líderes empresariais e melhoria do clima organizacional, dentre outros.

A responsabilidade social deve ser, portanto, um compromisso contínuo nos negócios pelo comportamento ético que contribua conjuntamente para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, e que pressupõe decisões empresariais resultantes da reflexão sobre os impactos na qualidade de vida atual e futura de todos que se relacionam e são afetados pelas operações de uma empresa. Conclui-se que a responsabilidade social das organizações é aquelas ações desenvolvidas pela empresa, seja ela regida por lei ou não, que traga benefícios para a sociedade.

No Brasil a idéia de responsabilidade social começa a ser discutida ainda nos anos 60 com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE). Um dos princípios desta associação baseia-se na aceitação por seus membros de que a empresa, além de produzir bens e serviços, possui a função social que se realiza em norma dos trabalhadores e do bem-estar da comunidade.

Hoje, a responsabilidade social no Brasil é amplamente discutida nos meios acadêmicos e empresariais. Seus defensores alegam que o comportamento socialmente responsável é fator diferencial que ajuda a construir e a consolidar a marca empresarial, representando um investimento para a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo. A evolução do conceito de responsabilidade social no Brasil é visível. Em 1998, apenas 3 empresas apresentaram balanço social. Em 2002, este número subiu para 286, mas isto ainda não significa que exista uma reciprocidade no relacionamento entre empresas e sociedade. É o que revela a pesquisa “Balanço Social: comunicando a responsabilidade social corporativa” realizada pela Fundação Dom Cabral, disponível no *site* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicada em 25 de janeiro de 2003, com base numa amostragem de 188 empresas que apresentaram balanço social entre 2001 e 2002. De acordo com o levantamento, as empresas ainda precisam assumir com maior clareza que o balanço social é antes de tudo uma oportunidade de diálogo com a sociedade. É uma ferramenta que tem a capacidade de explicitar e medir a preocupação da empresa com as pessoas e a vida no planeta, extrapolando o conceito de marketing social.

2.2 Balanço social

Desde o início do século XX, registram-se manifestações a favor da responsabilidade social corporativa. Contudo, foi somente a partir dos anos 60, nos Estados Unidos e no início da década de 70, na Europa, particularmente na França, Alemanha e Inglaterra, que a sociedade iniciou uma cobrança por maior responsabilidade social das empresas e consolidou-se a própria necessidade de divulgação dos chamados balanços ou relatórios sociais (SILVA e FREIRE, 2001).

Paulatinamente, o balanço social foi se desenvolvendo. Em 1971, a companhia alemã STEAG produziu um relatório social onde foram destacadas algumas atividades sociais. Porém, o grande avanço deu-se em 1972 quando, na França, a empresa SINGER publicou o primeiro balanço social da história das empresas (TINOCO, 2001, p. 27)

Segundo Bernard Malo et. al. (1998), na França, todas as empresas e estabelecimentos que possuam um número de empregados superior a 299 são obrigadas a produzir o documento chamado de “Balanço Social”. A obrigatoriedade de apresentação do balanço social para as empresas francesas foi criada em 1977, através da lei n.º 77.769 de 12 de julho, e permite apreciar a situação da empresa no domínio social, registrar as realizações efetuadas e ter uma média de sua evolução no que tange ao seu papel como célula social. Através deste instrumento,

a França passou a ser o primeiro país a oficializar a obrigatoriedade da divulgação de balanços periódicos de cunho social.

Freire e Rebouças (2001, p. 79) destacam que os primeiros formatos do balanço social em Portugal surgiram em 14 de novembro de 1985, por meio da lei n.º 141. Essa lei determinava a elaboração de um documento que englobasse um conjunto de informações relacionadas ao aspecto social das entidades e, embora o modelo de balanço social português seja inspirado no modelo francês, o número de indicadores e subindicadores é menor. São cinco capítulos: emprego, custos com pessoal, higiene e segurança, formação profissional e proteção social complementar.

Freire e Rebouças (2001, p.95) acrescentam que o balanço social na Bélgica, que foi instituído por um decreto real, em 04 de agosto de 1996, tem como base e fundamentação o princípio contábil da continuidade das entidades, o que confere a ele a condição de permanência e longevidade. O esquema completo está dividido em: informações do volume de emprego, informações referentes à movimentação do pessoal no exercício, informações referentes à criação e manutenção de empregos e informações relativas à formação dos empregados.

O balanço social na Bélgica é obrigatório e deve ser publicado juntamente com os demonstrativos contábeis anuais.

Segundo Bernard Malo et. al. (1998), no Brasil, todas as empresas, independente do número de empregados, são obrigadas a preparar a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), que é destinada aos Ministérios do Trabalho e da Previdência Social. Esse documento contém informações dos estabelecimentos ou pessoas que, na condição de empregadores, tiveram algum assalariado por qualquer período de tempo durante o ano da declaração, através de contrato de trabalho regido pela Consolidação de Trabalho (CLT) ou pela Consolidação das Leis do Funcionalismo Público (CLF), para o caso dos trabalhadores desse setor. A RAIS brasileira apresenta um grande conjunto de informações sobre as empresas e empregados, dentre as quais podemos destacar: nome do empregado, código do Programa de Integração Social (PIS), valores e tipos de salários contratuais, horas semanais de trabalho, tipo de opção no Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), pagamento do 13º salário, Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), tipo de vínculo empregatício, grau de instrução dos empregados, contratações e desligamentos, remunerações mensais e outras.

Nas últimas três décadas, o Brasil vivenciou o que pode ser considerado conservadorismo-político-social, combinado com abertura política e liberalismo econômico. A obrigatoriedade, instituída através de Decreto-lei em pleno regime militar, da apresentação pelas empresas sediadas no Brasil da RAIS, foi bastante insipiente, principalmente quando se compara com o modelo francês.

Baseado no reconhecimento das empresas públicas ou privadas, como agentes fundamentais no processo de desenvolvimento social, foi o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, (1997a) que no Brasil, originalmente fomentou o movimento para a elaboração de normas legais para regulamentar a atividade das empresas para o bem-estar social do indivíduo e, por consequência, da comunidade. De acordo com a proposta original, além das demonstrações financeiras tradicionais, as empresas deveriam produzir um balanço social cujo intuito é apresentar informações aos seus credores, investidores, governo, empregados e à sociedade que as abriga (SOUZA, 1997a).

Souza (1997b) voltou a abordar o tema, destacando que “cabe às empresas oferecer dados sobre as atividades no campo social às entidades autônomas e independentes da sociedade civil”. Finalmente, concluiu que “o balanço social não pode ser uma peça de marketing, mas

uma demonstração responsável de investimentos realizados pelas empresas. A idéia precisa tornar-se realidade e espalhar-se pelo país”.

Desde 1997 o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) vêm chamando a atenção de empresários e toda sociedade para a importância e a necessidade da realização do balanço social das empresas em um modelo único e simples.

Por entender que a simplicidade é a garantia do envolvimento do maior número de corporações, o Ibase, em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas, desenvolveu um modelo que tem a vantagem de estimular todas as empresas de todo tamanho a divulgar seu balanço social.

Se a forma de apresentação das informações não seguir um padrão mínimo, torna-se difícil uma avaliação adequada da função social da empresa ao longo dos anos. A predominância de dados que possam ser expressos em valores financeiros ou de forma quantitativa é fundamental para enriquecer este tipo de demonstrativo. É claro que nem sempre correlacionar fatores financeiros com fatos sociais é uma tarefa fácil, porém, os indicadores desenvolvidos do modelo Ibase ajudam às análises comparativas da própria empresa ao longo do tempo ou entre outras do mesmo setor. No modelo sugerido pelo Ibase, a sociedade e o mercado são os grandes auditores do processo e dos resultados alcançados.

Em 1998, para estimular a participação de um maior número de corporações, o Ibase lançou o Selo Balanço Social Ibase/Betinho. O selo é conferido, anualmente, a todas as empresas que publicam o balanço social no modelo sugerido pelo Ibase, dentro da metodologia e dos critérios propostos. O Ibase apóia toda e qualquer iniciativa ou lei que sirva para divulgar e incentivar o balanço social, a responsabilidade social das empresas e o princípio da Empresa Cidadã. Porém, acredita-se não ser possível, neste momento, criar uma verdadeira cidadania empresarial através de decreto. Assim, entende-se que a cidadania e a responsabilidade social devem ser construídas e concretizadas, antes de tornarem-se obrigatórias.

Segundo Bernard Malo et. al. (1998) o balanço social é um conjunto de informações que pode ou não ter origem na contabilidade financeira e tem como principal objetivo demonstrar o grau de envolvimento da empresa em relação à sociedade que a acolhe, devendo ser entendido como um grande instrumento no processo de reflexão sobre as atividades das empresas e dos indivíduos no contexto da comunidade como um todo. Será um poderoso referencial de informações nas definições de políticas de recursos humanos, nas decisões de incentivos fiscais, no auxílio sobre novos investimentos e no desenvolvimento da consciência para a cidadania.

No balanço social, a empresa mostra o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dando transparência às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida para todos. Ou seja, sua função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

Conclui-se que o balanço social, como referendado pelo Ibase é uma ferramenta que, quando construída por múltiplos profissionais, tem a capacidade de explicitar e medir a preocupação da empresa com as pessoas e a vida no planeta. Atualmente, no Brasil, diversas empresas já estão elaborando tal demonstração e muitas delas começam a publicá-las juntamente com as demais informações.

3 Índice de sustentabilidade empresarial

A experiência brasileira com Investimentos Socialmente Responsáveis (SRI) teve início em janeiro de 2001, quando o Unibanco lançou o primeiro serviço de pesquisa para fundos

verdes. O relatório do banco, contendo informações sociais e ambientais de empresas listadas na Bovespa, destinava-se exclusivamente aos fundos socialmente responsáveis no exterior. No final de 2001, o Banco Real ABN Amro lançou os Fundos Ethical FIA, os dois primeiros fundos SRI em mercados emergentes. Desde então, os dois fundos da família Ethical I têm apresentado desempenho superior ao do Ibovespa para o mesmo período. Em 2004, o Banco Itaú lançou o Fundo Itaú Excelência Social, com foco no desempenho na área de responsabilidade social corporativa.

A partir da constatação de que o aprimoramento do mercado de capitais é decisivo para que este possa cumprir seu papel de financiador do crescimento econômico, a Bovespa criou o Novo Mercado. O Novo Mercado busca criar um ambiente mais adequado para que as empresas possam, a partir de melhores práticas de governança corporativa e maior transparência das informações, proporcionar maior segurança aos investidores e, conseqüentemente, reduzir seus custos de captação de recursos. Merece menção também o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), cujo objetivo é medir o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas que apresentem bons níveis de governança corporativa. São incluídas na carteira do índice todas as empresas admitidas à negociação no Novo Mercado e nos níveis 1 e 2 da Bovespa.

Conectada ao movimento de segmentação nos mercados internacionais, a Bovespa foi a primeira bolsa a unir-se aos signatários do Pacto Global (“*Global Compact*”) das Nações Unidas. Como parte deste processo, e instigada pela carência de uma marca de referência (*benchmark*), para os fundos SRI, propôs a criação de um grupo de trabalho (GT) para elaboração de um índice de sustentabilidade. Constituído de representantes de instituições protagonistas em temas relativos à responsabilidade social e a governança corporativa, meio ambiente e mercado de capitais, o grupo definiu as diretrizes básicas para a criação do índice e o desenho de uma proposta técnico-financeira ao *International Finance Corporation* (IFC) braço privado do Banco Mundial e financiador da pesquisa sobre a metodologia para o índice. A principal missão do IFC é promover investimentos no setor privado de países em desenvolvimento, com objetivo central de reduzir a pobreza e promover a melhoria de qualidade de vida nestas regiões.

De acordo com o *site* da Bovespa (www.bovespa.com.br), a exemplo de outros índices do mundo, a Bovespa uniu esforços com o Centro de Estudos em Sustentabilidade (Gvces) iniciativa da Escola de Administração de Empresa de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP) dedicado a disseminar o conceito de desenvolvimento sustentável em suas várias dimensões. A Escola de Administração de Empresa da Fundação Getúlio Vargas (FGVSP-EAESP) é pioneira na área de educação em administração empresarial no Brasil e uma liderança nesta área.

O grupo de trabalho originário deu lugar ao Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (CISE), composto pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), representante: Antônio Jorge V. da Costa, Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (Apimec), representantes: Roberto Sousa Gonzales e Osvaldo Alves Soares (suplente), Associação Nacional de Bancos de Investimento (Anbid), representantes: Luiz Eduardo Passos Maia e Nelson Rocha Augusto (suplente), Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), representantes: Ricardo Pinto Nogueira e Rogério Marques (suplente), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), representantes: José Guimarães Monforte e Heloisa Bendicks (suplente), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos), representantes: Ricardo Young e Marcelo Linguette (suplente), International Finance Corporation (IFC): representantes: Luiz Ribeiro e Patrícia J. Amaral Bonchristiano, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do

Meio Ambiente (SDS/MMA), representantes: Viana e Sandra de Carlo (suplente) e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

O GVCES realizou uma ampla revisão da literatura sobre critérios e indicadores de sustentabilidade e analisou em detalhe, dentre outros, as diretrizes para balanço social do Ibase, do Instituto Ethos e do *Global Reporting Initiative* (GRI), além dos questionários aplicados para os índices DJSI, FTSE4Good e da JSE. Especialistas nos diversos temas que compõem o índice participaram por meio de consultas públicas, *workshops* e reuniões específicas. O questionário resultante destes estudos foi apresentado às empresas, que enviaram comentários e sugestões. Posteriormente, foram apresentados à sociedade em audiência pública.

Considerando a demanda, o conselho responsável decidiu adotar um índice multissetorial, que leve em conta o *free float* das ações que compõem e critérios como reinvestimento de dividendos, diz Ricardo Nogueira, superintendente executivo de operações da Bovespa. *Free Float* (ações em circulação) significa a quantidade de ações de uma empresa disponível para negociação livre em mercado de capitais, ou seja, são todas as ações de emissão da companhia exceto aquelas: (i) de titularidade do acionista controlador, de seu cônjuge, companheiro (a) e dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda; (ii) em tesouraria; (iii) de titularidade de controladas e coligadas da companhia, assim como de outras sociedades que com qualquer dessas integre um mesmo grupo de fato ou de direito; (iv) de titularidade de controladas e coligadas do acionista controlador, assim como de outras sociedades que com qualquer dessas integre um mesmo grupo de fato ou de direito; e (v) preferenciais de classe especial que tenham por fim garantir direitos políticos diferenciados, sejam intransferíveis e de propriedade exclusiva do ente desestatizante.

Uma iniciativa pioneira na América Latina, o Índice de Sustentabilidade Empresarial tem como principal objetivo criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações. O ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com os melhores desempenhos em todas as dimensões que medem sustentabilidade empresarial. Foi criado para se tornar marca de referência para o investimento socialmente responsável e também indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro, como transparência com o mercado financeiro, relação ética com fornecedores e funcionários e respeito à comunidade e ao meio ambiente.

O índice constitui ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na Bovespa sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada na eficiência econômica, no equilíbrio ambiental, na justiça social e na governança corporativa. Servirá para instruir os interessados em entender melhor e distinguir entre empresas e grupos empresariais comprometidos com a sustentabilidade empresarial, e diferenciá-los em termos de qualidade, nível de compromisso, transparência, desempenho, dentre outros fatores relevantes para investidores com preocupações éticas.

Esse índice pode servir como mais um instrumento no equacionamento dos desafios impostos na busca do desenvolvimento sustentável, por constituir ferramenta que poderá ajudar as empresas a assegurarem menos desperdícios e a proteção dos direitos socioambientais, ao mesmo tempo em que geram mais valor, e conseqüentemente mais riqueza e mais lucro. Pode servir, também, para sinalizar para empresas e grupos empresariais quais são os prováveis caminhos para a construção de uma economia mais eficiente sob o ponto de vista do uso de recursos naturais e menos impactantes sobre o meio ambiente e sociedade, potencializando o valor dos produtos e serviços por unidade de recursos ambiental aplicado.

4 Análise de correlação entre o ISE e indicadores de desempenho das empresas

4.1 Tipologia da pesquisa e amostra

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi o método dedutivo, de forma que se partiu de premissas de valor universal aplicando-se às empresas detentoras do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE.

Além do método dedutivo, foram utilizadas: a pesquisa bibliográfica, ou seja, o levantamento dos materiais publicados sobre temas relacionados ao ISE, abrangendo publicações, livros, artigos, revistas e *internet*, e a análise documental, que teve como base os balanços sociais das empresas pesquisadas.

Como técnica de pesquisa científica, foi realizada uma pesquisa de campo, utilizando-se dos *sites* da Bovespa, do Ibase e das empresas detentoras do ISE, contatos via *e-mail* e telefone, para obtenção da carteira do ISE e das informações financeiras e sociais das empresas.

A metodologia incluiu, também, uma análise comparativa da performance financeira e social das empresas cotadas na Bovespa e que fazem parte do ISE, onde foram analisados os dados dos balanços sociais já publicados, pelo modelo do Ibase, relacionados ao ano de 2005, e os dados da carteira do ISE, referente ao período de dezembro de 2005 a dezembro de 2006. Como a pesquisa realiza uma análise dos indicadores de desempenho das empresas detentoras do ISE, com a finalidade de demonstrar o grau de relação existente entre o ISE e os indicadores, e utiliza, para isso, uma ferramenta estatística de correlação, pode ser definida, também, como de caráter quantitativo.

Foi explorado o universo das empresas pesquisadas, com o objetivo de informar se existe correlação entre a colocação das empresas no ISE e seus indicadores de desempenhos financeiros e sociais. No universo utilizado para a realização da pesquisa, foram consideradas todas as empresas que fazem parte da carteira teórica anual do ISE, válida para o período de dezembro de 2005 a dezembro de 2006, e estas foram listadas de acordo com o *site* da Bovespa. Para que a pesquisa fosse realizada com as vinte e oito empresas que fazem parte da carteira teórica anual do ISE, tornava-se necessário que todas possuíssem balanços sociais, do ano de 2005, publicados no banco de dados do Ibase. Porém, em um universo de vinte e oito empresas, apenas nove possuíam balanços sociais divulgados de acordo com o modelo do Ibase e disponibilizaram através de seu banco de dados. Foram as seguintes empresas: Banco Bradesco; Banco do Brasil; Celesc – Centrais Elétricas de Santa Catarina; Cemig – Cia Energética de Minas Gerais; Copel; Copesul; CPFL Energia; Embraer; Itausa Investimentos Itaú. Por este motivo, estas foram as empresas escolhidas para fazer parte da análise de correlação entre o ISE e os indicadores de desempenho financeiros e sociais.

4.2 Escolha de indicadores

Os indicadores financeiros e sociais que fazem parte da análise de correlação foram selecionados entre os indicadores do balanço social, de acordo com o modelo do Ibase. Os

indicadores financeiros escolhidos foram: Receita Líquida (RL); Resultado Operacional (RO); Folha de Pagamento Bruta (FPB).

Os indicadores sociais internos (ISInt) foram calculados através da soma dos gastos, com alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros e resultados e outros. O valor apresentado na correlação é referente ao valor total dos indicadores sociais internos.

Os indicadores sociais externos (ISExt) escolhidos representam o total das contribuições para a sociedade e foram calculados através da soma entre educação, cultura, saúde e saneamento, habitação, esporte, lazer e diversão, creches, alimentação, combate à fome e segurança alimentar e outros.

Os indicadores ambientais (IA) representam o total dos investimentos em meio ambiente, que é formado a partir da soma entre os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa e os investimentos em programas e/ou projetos externos.

Os indicadores do corpo funcional (ICF) foram calculados através da soma entre o número de empregados (as) acima de 45 anos, número de portadores de deficiência ou necessidades especiais e o número de negros (as) que trabalham na empresa. O resultado desta soma foi dividido pelo número de empregados (as) ao final do período. Esses dados dos empregados (as) foram escolhidos, pois representam a parcela da sociedade que é, de uma certa forma, discriminada perante o mercado de trabalho. Através da comparação dos indicadores, entre as empresas pesquisadas, poderá ser avaliada a questão do comprometimento das empresas nesse aspecto.

4.3 Análise de resultados

Na realização do estudo, foram utilizados os principais indicadores do balanço social (RL, RO, FPB, ISInt, ISExt, IA e ICF) para obter resultados mais acurados quanto à possível existência de correlação entre eles e o ISE. O estudo de correlação tem como objetivo demonstrar a força do relacionamento entre os indicadores no período analisado. Segundo Stevenson (1981), quando o coeficiente estiver próximo de +1 ou -1, representa que é possível existir uma correlação positiva ou negativa entre os elementos estudados. Na tabela 1, encontra-se o resultado do estudo realizado com nove empresas brasileiras que obtiveram o ISE, bem como tinham o selo do Ibase de balanço social, em 2005. Observa-se que existe uma forte correlação entre o ISE e a receita operacional e a receita líquida das empresas. No entanto, o ISE das empresas tem uma correlação negativa com os indicadores sociais externos, indicadores de investimento em meio ambiente e indicadores do corpo funcional. Isto quer dizer que, a receita líquida e o resultado operacional de tais empresas têm uma forte correlação positiva com as posições das mesmas no *ranking* do ISE, todavia, os desempenhos nos indicadores sociais apresentam pouca correlação, seja positiva ou negativa, com suas colocações no *ranking* do índice. Nas tabelas 2 a 5, são apresentadas as colocações das empresas dentro do ISE e dos indicadores financeiros e sociais pesquisados.

Tabela 1: Resultado da correlação entre o ISE e os indicadores

Índices de Desempenho	ISE
RL	0,7833
RO	0,8000
FPB	0,6833
ISInt	0,5000
ISExt	-0,4500
IA	-0,6333
ICF	-0,4667

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2: Colocações das empresas no ISE e nos indicadores

Empresas	ISE	RL	RO	FPB	ISInt	ISExt	IA	ICF
BRADESCO	1º	3º	2º	2º	1º	6º	9º	9º
ITAUSA	2º	2º	1º	3º	6º	5º	6º	7º
EMBRAER	3º	5º	6º	4º	4º	9º	7º	8º
CEMIG	4º	4º	4º	5º	2º	3º	1º	1º
BANCO DO BRASIL	5º	1º	3º	1º	5º	4º	8º	2º
COPEL	6º	7º	8º	9º	9º	7º	5º	3º
CPFL ENERGIA	7º	6º	5º	8º	8º	8º	4º	6º
COPEL	8º	8º	7º	6º	3º	2º	2º	5º
CELESC	9º	9º	9º	7º	7º	1º	3º	4º

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3: Classificações das empresas no ISE, RL e RO.

Empresas	ISE			Receita Líquida (RL)		Resultado Operacional (RO)	
	Quantidade Teórica	% de Part.	Classif.	R\$	Classif.	R\$	Classif.
BRADESCO	456.779.256	18,504	1º	14.774.823,00	3º	7.853.504,00	2º
ITAUSA	1.676.948.007	7,582	2º	39.400.371,00	2º	8.984.770,00	1º
EMBRAER	400.191.026	5,009	3º	7.920.856,00	5º	896.487,00	6º
CEMIG	88.439.353.590	4,728	4º	8.235.621,00	4º	1.893.841,00	4º
BANCO BRASIL	55.202.340	1,296	5º	56.131.167,00	1º	4.153.602,00	3º
COPEL	61.707.013	1,182	6º	5.616.755,00	7º	716.420,00	8º
CPFL ENERGIA	77.417.169	1,168	7º	7.738.912,00	6º	1.240.350,00	5º
COPEL	100.284.416.577	1,147	8º	4.853.536,00	8º	727.647,00	7º
CELESC	414.790.370	0,355	9º	2.994.460,00	9º	301.134,00	9º

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 4: Classificações das empresas na FPB, ISInt e ISExt.

Folha de Pagamento Bruta (FPB)		Total dos Indicadores Sociais Internos (ISInt)			Indicadores Sociais Externos (ISExt)		
R\$	Class.	R\$	ISInt/RL	Class.	R\$	ISExt/RL	Class.
5.311.560,00	2º	2.428.888,00	16,44%	1º	27.623,00	0,19%	6º
5.033.646,00	3º	2.385.295,00	6,05%	6º	80.039,00	0,20%	5º
1.101.416,00	4º	524.319,00	6,62%	4º	13.853,00	0,17%	9º
790.596,00	5º	730.342,00	8,87%	2º	41.091,00	0,50%	3º
6.985.517,00	1º	3.689.499,00	6,57%	5º	258.205,00	0,46%	4º
75.903,00	9º	64.636,00	1,15%	9º	10.284,00	0,18%	7º
298.145,00	8º	172.631,00	2,23%	8º	14.073,00	0,18%	8º
542.981,00	6º	333.136,00	6,86%	3º	93.049,00	1,92%	2º
331.170,00	7º	115.684,00	3,86%	7º	118.354,00	3,95%	1º

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5: Classificações das empresas no IA e ICF.

Indicadores Ambientais (IA)				Indicadores do Corpo Funcional (ICF)				
R\$	IA/RL	Classif.	Acima de 45 anos	Negros	Defic. Físicos	Total	% de Part.	Classif.
0,00	0,00%	9º	5.945	6.108	769	73.881	17,35%	9º
33.487,00	0,08%	6º	8.389	8.112	1.627	62.128	29,18%	7º
6.118,00	0,08%	7º	1.897	0	452	12.622	18,61%	8º
85.425,00	1,04%	1º	2.974	3.163	0	10.271	59,75%	1º
0,00	0,00%	8º	24.590	14.377	1.437	83.751	48,24%	2º
15.571,00	0,28%	5º	399	24	0	940	45,00%	3º
25.599,00	0,33%	4º	1.213	488	159	5.838	31,86%	6º
50.093,00	1,03%	2º	2.563	682	73	7.775	42,68%	5º
16.835,00	0,56%	3º	1.496	69	2	3.590	43,65%	4º

Fonte: Elaboração Própria

Analisando a posição das empresas nos indicadores de desempenho apresentada na figura 1, vê-se claramente que empresas com alto ISE apresentam alto desempenho financeiro, como é o caso do Bradesco e Itausa. As empresas com melhores posições no indicador social interno foram: Bradesco, Cemig e Copel. Enquanto isso, aquelas com melhores posições no indicador social externo foram: Celesc, Copel e Cemig. Quando se analisa a posição da mesma quanto ao indicador gasto com meio-ambiente sobre a receita operacional, aquelas que apresentaram maiores resultados foram: Cemig e Copel. Por último, quanto ao indicador do corpo funcional, nota-se que a Cemig, o Banco do Brasil e a Copesul estiveram entre os três melhores no *ranking*.

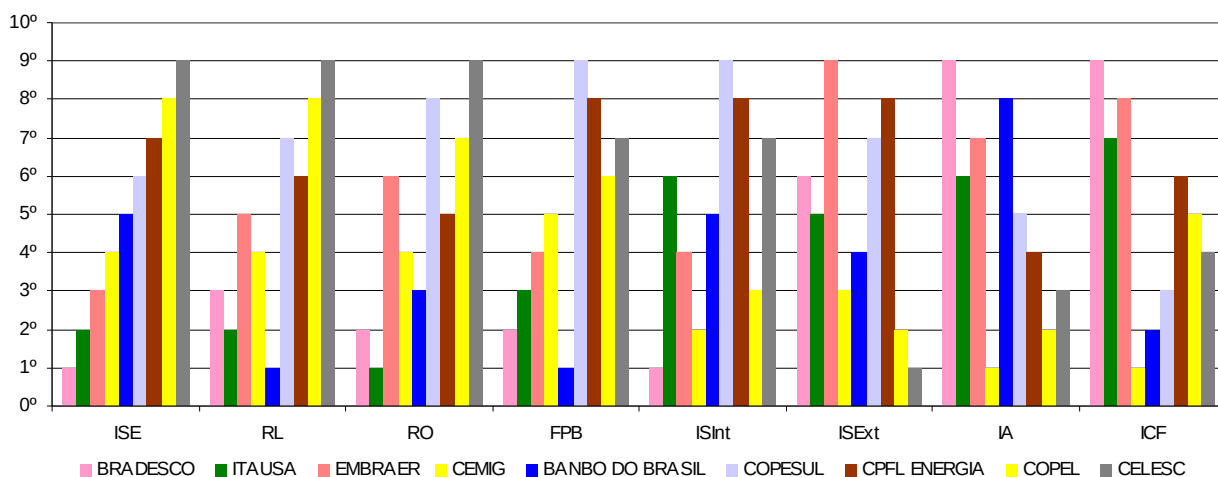


Figura 1: Variação das colocações das empresas no ISE e nos indicadores

Fonte: Elaboração própria

No entanto, deve-se lembrar que o número de empresas participantes da pesquisa é pequeno, não devendo as conclusões aqui obtidas serem relatadas como definitivas. As limitações impostas pela própria Bovespa, quanto à participação de empresas no cálculo do ISE, restringem à elaboração de um estudo aprofundado quanto à existência de uma forte correlação ou mesmo regressão entre a performance social e a econômica. Sabe-se, porém que nas empresas estudadas, a receita operacional e líquida tem influência sobre o ISE. Existe pouca correlação, quer seja positiva quer seja negativa, entre o ISE e indicadores sociais.

Assim, o estudo de correlação entre os indicadores deve ser visto com certa restrição, porque ficou latente que, dependendo da base de cálculo, circunstâncias e metodologias, pode-se chegar a conclusões contrárias sobre que influencia real existe entre os mesmos.

5 Conclusões e perspectivas

Uma iniciativa pioneira na América Latina, o Índice de Sustentabilidade Empresarial, lançado pela Bovespa em dezembro de 2005, busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações.

O ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com os melhores desempenhos em todas as dimensões que medem sustentabilidade empresarial. Foi criado para se tornar marca de referência para o investimento socialmente responsável e também indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro, como transparência com o mercado financeiro, relação ética com fornecedores e funcionários e respeito à comunidade e ao meio ambiente.

O ISE serve como ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na Bovespa, sob o aspecto da sustentabilidade empresarial, baseada na eficiência econômica, no equilíbrio ambiental, na justiça social e na governança corporativa. Serve também para indicar aos investidores com preocupações éticas que empresas estão mais ou menos comprometidas com a sustentabilidade empresarial.

Dada a importância da utilização do ISE e de sua relevância para a sociedade, bem como da necessidade de obter maiores informações por se tratar de um assunto novo, este trabalho teve como objetivo realizar uma análise dos resultados apresentados pelas empresas

detentoras do ISE, fazendo um estudo de correlação entre o ISE e os indicadores de desempenho financeiros (receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta) e sociais (internos, externos, ambientais e corpo funcional) de nove empresas brasileiras, que obtiveram o selo do Ibase de balanço social, em 2005.

Verificou-se que enquanto a receita líquida e o resultado operacional de tais empresas têm uma forte correlação positiva com o ISE, os indicadores sociais internos e externos, meio ambiente e corpo funcional apresentam pouca correlação positiva ou negativa.

Entretanto, deve-se lembrar que, como o número de empresas participantes da pesquisa é pequeno as conclusões obtidas não devem ser consideradas como definitivas. As limitações impostas pela própria Bovespa, quanto à participação de empresas no cálculo do ISE, restringem a elaboração de um estudo aprofundado quanto à existência de uma correlação ou mesmo regressão entre a performance social e a econômica. Infere-se também que para a realização de um estudo aprofundado era necessário que todas empresas detentoras do ISE, também tivessem os balanços sociais divulgados através do Ibase. Com isso, o número de empresas analisadas reduziu de vinte e oito para nove.

Como o ISE é um indicador ainda pouco conhecido e analisado, sugere-se que novos estudos sejam realizados levando em consideração outras informações das empresas, tais como: liquidez, rentabilidade e solvência. Isto possibilitará que as limitações aqui encontradas sejam reduzidas, permitindo verificar, por exemplo, se empresas atuantes em mercados de ações têm aplicado elevados investimentos em comunidade e meio-ambiente.

Bibliografia consultada

ANDRADE, A.; ROSSETI, J.P. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. São Paulo: Atlas, 2004.

APIMEC, **Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais**, disponível em: <http://apimecmg.com.br>. Acesso em 12 set. 2006.

BATISTA, H.M. **Proposta de um modelo de balanço social a ser aplicado nas indústrias têxteis**. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, Ano III, nº09, p.39-47, agosto/ outubro de 2000.

BERNARD MALO, F.; FREIRE, F. S.; SANTOS, A. **O Balanço social no brasil: gênese, finalidade e implementação como complemento às demonstrações contábeis**. ANPAD, 1998.

BOVESPA, **Bolsa de Valores de São Paulo**. Disponível em: <http://www.bovespa.com.br/Principal.asp> >. Acesso em: 08 jun. 2006.

BRASIL. Lei **10.303**, de 31 de outubro de 2001. Altera e acrescenta dispositivos na Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de valores Mobiliários.

CEBDS, **Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://www.cebds.org.br>>. Acesso em: 12 set. 2006.

DE LUCA, M.M.M. **Demonstração do Valor Adicionado**, São Paulo: Atlas, 1998.

ETHOS, **Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social**. Disponível em: <http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 12 set. 2006.

FGV, **Fundação Getúlio Vargas**. Disponível em: <<http://www.fgv.br>>. Acesso em: 08 jun. 2006.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**, São Paulo: Difusão, 2004.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Balanço social**. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br>>. Acesso em: 05 mai. 2006.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código de melhores práticas de governança corporativa**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 12 set. 2006.

IPEA, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 12 set. 2006.

LODI, João Bosco. **Governança corporativa: o governo da empresa e o conselho de administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MAXIMIANO, A.C. A. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

MELLO, P.M. A norma ABNT NBR 16001. **Revista Consumidor Moderno**. Rio de Janeiro, 14 fev. 2005.

MELO NETO, F.P.; FROES, C.. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MENDES, J.M.. **Balanço Social: uma idéia milenar**: Revista Brasileira de Contabilidade, Ano XXVI, nº 106, julho/agosto de 1997.

REBOUÇAS, T.S. e FREIRE, F.S. **Uma descrição sucinta do balanço social francês, português, belga e brasileiro**. In: SILVA, César A. T>; FREIRE, F.S.. **Balanço Social**. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, C.A.T. e FREIRE, F.S. (organizadores). **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

SOUZA, H. **Balanço social: voluntário ou obrigatório?**. Folha de São Paulo, 07 abril 1997.

SROUR, E.H. **Ética empresarial: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Habra Ltda., 1981.

TINOCO, J.E.P. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.